

**ATA DA REUNIÃO DE
VINTE E SETE DE AGOSTO DE 2019**

-----No dia vinte e sete de agosto do ano de dois mil e dezanove, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Góis, sob a presidência do senhor Dr. Mário Barata Garcia, na qualidade de Vice-Presidente do Município, comparecendo os Vereadores que compõem o Executivo Camarário: Dr. José Alberto Domingos Rodrigues, Maria Helena Antunes Barata Moniz e António Rui de Sousa Godinho Sampaio.-----

-----A Reunião foi secretariada pela Técnica Superior Andreia Rafaela Gaspar Vidal.-----

-----Depois dos presentes terem ocupado os seus lugares, o senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião pelas quinze horas, dando início à ordem de trabalhos.-----

1 – ANTES DA ORDEM DO DIA-----

1.1 – FALTAS-----

1.2 – INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE-----

1.3 – INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES-----

2 – PÚBLICO-----

3 – ORDEM DO DIA-----

3.1 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR-----

3.2 – OBRAS PARTICULARES/AURÍLIA CLARA E SOUSA JOSÉ-----

3.3 – OBRAS PARTICULARES/ANTÓNIO NUNES DOS SANTOS-----

3.4 – OBRAS PARTICULARES/ADELINO MATIAS DA FONSECA-----

3.5 – OBRAS PARTICULARES/PALMIRA DE MATOS MOURÃO DE CARVALHO-----

3.6 – OBRAS PARTICULARES HUGO MIGUEL GUIA DOS SANTOS-----

3.7 – PROJETO DO PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA/ORU PONTE DE SÓTÃO/INÍCIO DE DISCUSSÃO PÚBLICA-----

3.8 – PROJETO DO PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA/ORU DA ARU DA VÁRZEA GRANDE – VILA NOVA DO CEIRA/INICIO DE DISCUSSÃO PÚBLICA-----

3.9 – CONSTRUÇÃO DE BAR/RESTAURANTE, ARRANJOS EXTERIORES, PONTE PEDONAL E APOIO DA PRAIA FLUVIAL DE ALVARES/MINUTA DE CONTRATO---
3.10 – TRANSPORTE DE PASSAGEIROS REGULAR/ DESPESAS-----
3.11 – CERTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO MUNICÍPE/ PONTO DE SITUAÇÃO-----
3.12 – DÍVIDAS DE TERCEIROS/PAGAMERNTO A PRESTAÇÕES/PROPOSTA-----
3.13 – ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE GÓIS DO ANO 2020/ LISTA DEFINITIVA DE PROJETOS-----
3.14 – 13ª ALTERAÇÃO ÀS GOP/ANO 2019-----
3.15 – RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA-----
4 – APROVAÇÕES EM MINUTA-----
1 – ANTES DA ORDEM DO DIA-----
1.1 – FALTAS – O senhor Vice-Presidente informou o Executivo que a senhora Presidente da Câmara não está presente na reunião por motivos de gozo de férias, tendo a sua falta sido justificada.-----
1.2 – INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE – O senhor Vice-Presidente informou que não iria usar da palavra neste ponto.----- -----A Câmara tomou conhecimento.-----
1.3 – INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES – O senhor Vice Presidente iniciou a sua intervenção agradecendo a todo o Executivo pela disponibilidade demonstrada em alterar o horário da presente reunião, a qual se consubstanciou no facto da visita do senhor Secretário Geral do Partido Socialista e Primeiro Ministro, Dr. António Costa, às Aldeias de Xisto de Aigra Nova e Aigra Velha, tendo sido efetuado parte de um percurso pedestre, terminando a sua passagem pelo concelho na Praia Fluvial da Peneda.----- -----Interveio o senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio referindo que, após a Concentração Internacional de Motos em Góis, a Rua Prof. Eng.º Carlos Manuel Leitão Baeta Neves deveria ser de imediato objeto de limpeza profunda, porquanto esta fica suja e com um odor nauseabundo o que em nada abona para os comerciantes que utilizam o espaço para a realização da feira semanal, bem como os munícipes e visitantes que utilizam diariamente esta via.-----

-----No âmbito do pedido de um proprietário de uma das frações do imóvel onde se encontra a funcionar o notário privativo na vila de Góis, questionou se existe algum desenvolvimento sobre o processo relativo ao acesso ao edifício a pessoas com mobilidade condicionada.-----

-----No âmbito da empreitada de requalificação da Praça da República e ruas envolventes, referiu ser do seu conhecimento que devido à lomba existente junto ao serviço de Finanças, uma viatura ficou danificada, pelo que para que situações destas não sejam recorrentes sugeriu que seja colocada sinalética informativa de lomba, nomeadamente luminosa, a alertar a existência do desnível do pavimento.-----

-----No âmbito das empreitadas relativas ao FSUE, particularmente os processos que foram presentes à reunião do Executivo de 09.08.19 (pavimentação da rede viária), solicitou o ponto de situação de ambas as empreitadas, tendo em consideração que a sua taxa de execução deverá estar nos 25% até ao final do mês de Setembro.-----

-----No âmbito de alguns espaços municipais, referiu que no Cemitério existente na vila de Góis verifica-se algum equipamento espalhado junto de campas ou encostados ao muro, pelo que chamou a atenção para que haja mais cuidado com o mesmo e que este seja arrumado em local apropriado para o efeito.-----

-----Terminou a sua intervenção referindo que quando foi contactado telefonicamente pelo senhor Vice-Presidente para a alteração do horário da Reunião do Executivo, devido à vinda do Dr. António Costa, não tinha percebido se vinha na qualidade de Primeiro-ministro ou de Secretário-Geral do Partido Socialista, situação que esclareceu quando da leitura da convocatória da Reunião. Mais referiu que, tratando-se de uma visita de pré-campanha eleitoral do Partido Socialista, não estando em causa os méritos da mesma e do mediatismo que esta provoca, até porque exercendo igualmente o cargo de Primeiro-Ministro, faz-se acompanhar com um conjunto de repórteres e que irá ter alguma influência que, certamente, outras não terão. Neste sentido, questionou se numa situação idêntica, em que pode ser confrontado pelo Secretário-Geral do partido político que representa sobre uma eventual visita ao

concelho de Góis e esta coincida com uma Reunião do Executivo, se também tem o mesmo direito de solicitar o adiamento da reunião.-----

-----Interveio o senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues dando conta que foi publicitada a Recomendação nº 147/2019 da Assembleia da República, que recomenda ao Governo o restabelecimento da profissão de guarda-rios, referindo que esta profissão, que tinha sido extinta em 2008, tem sido recentemente valorizada e comprovada a sua importância para estes territórios. Referiu ainda a publicação da Lei nº 65/2019, de 23.08.2019, a qual mantém em vigor e generaliza a aplicação do sistema de informação cadastral simplificada em todo o país, congratulando-se por Góis ter sido um dos pioneiros nesta matéria. -----

-----Prosseguiu a sua intervenção referindo que seria extremamente importante a colocação de um semáforo inferior, quer na Praça da República, quer junto à Ponte D. Luís da Silveira, de forma a facilitar a visão dos automobilistas e daqueles que circulam vindo da estrada de acesso ao Pego Escuro. Referiu corroborar com a sugestão do senhor vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio relativamente à colocação de sinalética luminosa tanto no desnível na R. Com. Bebiano Baeta Neves como na Avenida Álvaro de Paula Dias Nogueira. Seguidamente, questionou o ponto de situação sobre a proposta apresentada pelos Vereadores do Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis relativamente ao parque de estacionamento no Largo Francisco Inácio Dias Nogueira e junto da Igreja de Matriz de Góis, bem como do funcionamento do parquímetro da Praça da República. -----

-----Terminou, referindo que foi confrontado pelo munícipe sobre o sinal de proibido parar e estacionar localizado junto ao estabelecimento comercial Kentidoce na vila de Góis, estando a criar alguns constrangimentos ao estabelecimento comercial, nomeadamente, no que concerne às cargas e descargas de matérias primas, solicitando que se analise esta situação, sugerindo que no sinal de proibição de parar e estacionar, podendo constar, exceto cargas e descargas.-----

-----Interveio a senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz que na sequência da intervenção do senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio sobre a vinda do senhor Secretário Geral do PS ao concelho, referiu que se todos os partidos se lembrarem de vir ao concelho em dia de reunião do Executivo, naturalmente todos terão o direito de exigir que não coincida com o horário da reunião, congratulando-se pela opção que tomou em pertencer a um Grupo de Independentes, já que esse problema não se colocará.-----

-----Felicitou e congratulou-se pela colocação de floreiras junto aos repuxos na Praça de República conforme tinha sugerido na anterior reunião do Executivo, tornando o espaço ainda mais agradável, colorido e verdejante.-----

-----Prosseguiu a sua intervenção referindo que as novas tecnologias não são perfeitas e muitas vezes os GPS encaminham para estradas estreitas, dando como exemplo uma situação que ocorreu recentemente na estrada que liga Vila Nova do Ceira a Caselhos, onde um veículo longo tentou efetuar a sua marcha, tendo danificado alguns beirados de casas e ter sido necessário recorrer a uma grua de um carro de madeira para o ajudar a sair daquela via, alertando para que estradas como estas sejam devidamente sinalizadas de forma proibir a passagem deste tipo de viaturas e evitar alguns problemas. -----

-----O senhor Vice-Presidente referiu que relativamente às intervenções dos senhores Vereadores apraz-lhe mencionar que no que concerne à Rua Eng.º Carlos Manuel Leitão Baeta Neves efetivamente é uma via que tem muita movimentação na Concentração Internacional de Motos sendo natural que após o evento esta necessite de uma limpeza mais aprofundada de forma a que outros possam usufruir em boas condições da mesma. Em relação ao acesso a pessoas com mobilidade condicionada ao edifício onde atualmente funciona o notário privativo na Rua Com. Bebiano Baeta Neves referiu que o assunto se encontra na DGUPA esperando que, rapidamente, se tenha uma solução eficaz para que se possa dotar este imóvel com a acessibilidade necessária a pessoas que necessitam da mesma. Em relação às lombas existente no âmbito da empreitada de requalificação da Praça da Repúblicas e ruas envolventes referiu que ter deslocar-se ao local com o projetista deste projeto para que se arranja uma

solução para que se minimize a possibilidade da danificação de algumas viaturas, sendo que possivelmente, a solução não passará somente pela colocação de sinalética informativa da existência de lombas, tendo o projetista se comprometido a apresentar uma solução para estas duas situações. Em relação aos projetos de requalificação de algumas vias na União de Freguesias e nas freguesias de Vila Nova do Ceira e Góis, referiu que os mesmos já foram consignados tendo a empresa adjudicatária se comprometido a ter os 25% cumprido até ao dia 15.09.19. Em relação à situação apontada sobre o cemitério em Góis referiu que, presentemente, a Câmara Municipal não dispõe de um coveiro, tendo sido efetuado procedimento concursal para recrutamento de um trabalhador para esse efeito, estando reunidas as condições para que o opositor que ganhou o concurso assine contrato a partir do dia 01.09.19. Em relação à visita do senhor Secretário Geral do PS, referiu que era seu entendimento que todos os Secretários Gerais que visitem Góis deverão ser de igual forma recebidos. Acrescentou, que o programa foi delineado pelo próprio sendo que solicitada ajuda partidária para que o mesmo fosse cumprido, realçando que no que concerne ao almoço cada pessoa que esteve presente efetuou o pagamento da sua refeição. Em relação ao funcionamento do parquímetro referiu que, brevemente, será presente à Câmara Municipal uma proposta relativamente aos preços a praticar no sentido de o Executivo tomar uma decisão. Em relação à sinalética existente do espaço comercial KENTIDOCE referiu que o proprietário apresentou um requerimento à Câmara Municipal tendo sido para o efeito elaborado um estudo técnico relativamente à sua solicitação, o qual não vai ao encontro do pedido efetuado, no entanto pode o Executivo apresentar uma proposta de decisão, numa próxima reunião, qual deverá ser o procedimento a tomar relativamente à sinalética a colocar junto deste espaço comercial. Em relação à proposta apresentada pelos senhores Vereadores do Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis do estacionamento no Largo Francisco Inácio Dias Nogueira (Largo do Pombal) referiu que a Câmara Municipal terá que iniciar a terceira fase do projeto de requalificação urbana a qual incide sobre a Rua Olinda Dias Nogueira e a Rua António Francisco Barata

pelo que irá ser mantida atual situação em virtude de que irão ser intervencionadas as referidas vias a vários níveis. Em relação à colocação de sinalética em alguns locais, nomeadamente, o referido pela senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz informou que já foram dadas indicações para esse mesmo efeito noutras situações semelhantes e que a situação referida também exige que se tomem medidas que acautelem situações futuras.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

2 – PÚBLICO:-----

-----a) Usou da palavra o senhor José de Jesus Neves, residente em Cortecega, freguesia de Góis, dando conta ao Executivo da necessidade de se instalar naquela localidade um tanque de água para defesa da floresta contra incêndios, tendo disponível 2500 euros dos Compartes, para prevenção de incêndios. Mais referiu que existe um tanque de plástico para aproveitamento de águas ou para o que for necessário, cuja intenção seria substituir, invocando à sua instalação.-

-----b) Usou da palavra o senhor António Carvalho, residente em Cortecega, freguesia de Góis, solicitando a limpeza da estrada que liga Góis à Cabreira. Mais referiu que a empresa que iniciou os trabalhos de limpeza, parou a sua intervenção, para ir efetuar trabalhos na Estrada Nacional 2, considerando que na sua opinião que aquela empresa não tem capacidade para efetuar o serviço, apelando à presença de um técnico da autarquia para uma fiscalização rigorosa dos trabalhos da empresa, devendo exigir máquinas próprias. Continuou dando conta que o empresário lhe solicitou autorização para depositar os resíduos florestais num espaço da Associação de Cortecega, pela altura do Rali, ao qual foi concedido. Recentemente interpelou o empresário sobre esta situação e o mesmo informou que tal facto era da responsabilidade da Câmara, pelo que interpelou o senhor Encarregado Paulo França e o Técnico do GTF, Marco Dias, sobre a deposição dos resíduos, que estão a colocar em perigo a aldeia, uma vez que é do seu conhecimento que existe um espaço próprio da autarquia para estes resíduos. Terminou a sua intervenção, dando conta que existe um muro que está em risco de queda, junto à estrada de acesso ao rio, solicitando intervenção da autarquia para reparação. -----

-----c) Interveio o senhor Vítor Nogueira Dias, residente na freguesia de Góis manifestando a sua opinião sobre a alteração do horário da Reunião do Executivo, da vinda do senhor Secretário Geral do Partido Socialista ao concelho de Góis e ainda sobre as obras de Requalificação da Praça da República e Ruas Envolventes, em particular sobre o desnível do pavimento junto ao Serviço de Finanças. -----

-----O senhor Vice-Presidente solicitando à senhora Chefe de Divisão da DGUPA, Eng^a Maria de Lurdes Rodrigues, para dar indicação aos Serviços Técnicos de apresentar uma proposta técnica para colocação do tanque de defesa da floresta contra incêndios na localidade Cortecega. -----

-----Relativamente à limpeza das estradas, o senhor Vice Presidente informou que foi efetuada a abertura de procedimento concursal, com convite a várias empresas. Mais referiu, que o Técnico do GTF, Dr. Marco Dias, está a fiscalizar a empreitada, reconhecendo que poderá haver falta de meios mecânicos para que o trabalho se desenvolva com mais rapidez, sendo que irá verificar junto do técnico o ponto de situação da empreitada. Terminou, referindo que por sua vontade o muro referenciado já estaria reparado.-----

-----A Câmara tomou conhecimento. -----

3 – ORDEM DO DIA:-----

3.1 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR – De acordo com o determinado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 57º, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da reunião realizada no dia nove de agosto do ano de 2019, sendo assinada pela senhora Presidente e por quem a lavrou.-----

3.7 – OBRAS PARTICULARES/AURÍLIA CLARA E SOUSA JOSÉ – Foi presente a informação da DGUPA, datada de 17.05.2019, relativa à aprovação do projeto de arquitetura da construção de moradia unifamiliar, requerida por Aurília Clara e Sousa José, sita em Tapadinho-Casal Novo, freguesia de Alvares.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e, de acordo a informação técnica supra mencionada, deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de arquitetura.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.8 – OBRAS PARTICULARES/ANTÓNIO NUNES DOS SANTOS – Foi presente a informação da DGUPA, datada de 16.08.2019, relativa à aprovação dos Projetos de Arquitetura e de Especialidades, para o Licenciamento da Obra de Reconstrução de uma habitação unifamiliar, requerida por António Nunes dos Santos, sita na Cabreira, da União das Freguesias de Cadafaz e Colmeal.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e, de acordo a informação técnica supra mencionada, deliberou, por unanimidade, aprovar o licenciamento do processo de obras.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.9 – OBRAS PARTICULARES/ADELINO MATIAS DA FONSECA – Foi presente a informação da DGUPA, datada de 19.08.2019, relativa à aprovação do Projeto de Arquitetura, para o licenciamento de obras de construção de garagem e Churrasqueira de apoio à habitação, requerida por Adelino Matias da Fonseca, sita em Cortes, freguesia de Alvares.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e, de acordo a informação técnica supramencionada, deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de arquitetura.-

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos. -----

3.10 – OBRAS PARTICULARES/PALMIRA DE MATOS MOURÃO DE CARVALHO – Foi presente a informação da DGUPA, datada de 19.08.2019, relativa a legalização de obras de alteração de edifício destinado a arrumos, requerida por Palmira de Matos Mourão de Carvalho, sita em Sacões, freguesia de Vila Nova do Ceira.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e, de acordo a informação técnica supramencionada, deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de legalização das obras supramencionadas. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.10 – OBRAS PARTICULARES/HUGO MIGUEL GUIA DOS SANTOS – Foi presente a informação da DGUPA, datada de 22.08.2019, relativa a legalização de barracão agrícola, requerida por Hugo Miguel Guia dos Santos, sito em Vale Torto, freguesia de Góis.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e, de acordo a informação técnica supramencionada, deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de legalização das obras supramencionadas. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.7 – PROJETO DO PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA/ORU PONTE DE SÓTÃO/INICIO DE DISCUSSÃO PÚBLICA – Foi presente a informação da DGUPA datada de 19.08.2019 dando conta do Projeto de Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) da ARU de Ponte Sótão, onde consta a lista de Ações Estruturantes.-----

-----O senhor Vice-Presidente convidou o senhor Arq.º Miguel Pinheiro, representante da empresa DWN, responsável pela elaboração do PERU, a efetuar uma breve apresentação sobre o respetivo documento, prestando ao Executivo todos os esclarecimentos sobre esta matéria. -----

----Face à complexidade do referido documento e dado ao escasso tempo para o Executivo efetuar uma análise pormenorizada do mesmo, o senhor Vice-Presidente, propôs que o presente assunto fosse reagendado na próxima reunião do Executivo. -----

----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, anuir à proposta apresentada. -----

3.8 – PROJETO DO PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA/ORU DA ARU DA VÁRZEA GRANDE – VILA NOVA DO CEIRA/INICIO DE DISCUSSÃO PÚBLICA - Foi presente a informação da DGUPA datada de 19.08.2019 dando conta do Projeto de Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) da ARU da Várzea Grande – Vila Nova do Ceira, onde consta a lista de Ações Estruturantes.-----

-----O senhor Vice-Presidente convidou o senhor Arq.º Miguel Pinheiro, representante da empresa DWN, responsável pela elaboração do PERU, a efetuar uma breve apresentação sobre o respetivo documento, prestando ao Executivo todos os esclarecimentos sobre esta matéria. -----

-----Face à complexidade do referido documento e dado ao escasso tempo para o Executivo efetuar uma análise pormenorizada do mesmo, o senhor Vice-Presidente, propôs que o presente assunto fosse reagendado na próxima reunião do Executivo. -----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, anuir à proposta apresentada. -----

3.9 – CONSTRUÇÃO DE BAR/RESTAURANTE, ARRANJOS EXTERIORES, PONTE PEDONAL E APOIO DA PRAIA FLUVIAL DE ALVARES/MINUTA DE CONTRATO

– Foi presente a minuta de contrato da empreitada “Construção de Bar/Restaurante, Arranjos Exteriores, Ponte Pedonal e Apoio da Praia Fluvial de Alvares.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta de contrato relativa à empreitada supra mencionada.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.10 – TRANSPORTE DE PASSAGEIROS REGULAR/DESPESAS – Na sequência da solicitação efetuada pela Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT) a Câmara tomou conhecimento dos pagamentos efetuados pela autarquia a entidades e operadores, referente a transporte regular, do período de 2016 a 2018.-----

3.11 – CERTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO MUNICÍPE/PONTO DE SITUAÇÃO

– O senhor Vice-Presidente informou que na sequência da indicação da senhora Presidente de elaboração de um relatório sobre o ponto de situação do processo mencionado em epígrafe a senhora chefe da DAG e a Eng.^a Luciana Dias elaboraram uma informação a qual refere os procedimentos tomados até à data sobre o assunto em questão. Para o efeito referiu que no ano de 2016 foram contratualizados os serviços de consultoria junto da empresa Lexus, Consultores, Lda, a fim de prestarem apoio na reengenharia de processos em vários serviços municipais, consubstanciando-se o contato no seguinte:-----

-----a) Identificação dos processos de prestação de serviços e de suporte relevantes para a concretização do projeto nos Serviços do Município que tinham

interação direta com o público: obras particulares, prestação dos serviços de águas e saneamento e atendimento ao munícipe;-----

-----b) Definição e reengenharia dos processos desses serviços, de acordo com uma metodologia específica que integre dossier metodológico específico, associado ao Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) que se encontre certificado segundo a norma NP EN ISO 9001:2015;-----

-----c) Definição e concretização de um processo de gestão de mudança que facilite a mudança dentro da organização e a participação dos colaboradores nesse processo de melhoria da produtividade alicerçada, também, num incremento da motivação dos colaboradores aos diferentes níveis de responsabilidade;-----

-----d) Definição, aplicação e monitorização de um conjunto de indicadores de performance que permitam a quantificação das melhorias alcançadas e a sua posterior sustentação e melhoria contínua;-----

-----e) Concretização de uma interface eficaz e eficiente com empresas que disponibilizam, parametrizam e colocam em funcionamento as aplicações informáticas que constituem o suporte tecnológico do projeto;-----

-----f) Obtenção da certificação do Sistema de Gestão da Qualidade daqueles serviços, se assim fosse entendido pelo órgão executivo, durante a execução do projeto.-----

-----Referiu que a referida informação refere que apesar da opinião técnica, na altura veiculada, sobre a pertinência e importância da obtenção da certificação, foi decidido superiormente, no âmbito da alínea f) anterior avançar com a certificação dos serviços prestados no Serviço de Atendimento ao Munícipe (Balcão Único). Foi iniciado o processo de certificação, sendo que todo o processo e documentação, apesar da informação respeitante ao Município ter sido tratada pelos serviços municipais, foi preparado pela Lexus, Consultores, Lda. Na altura, foi designada como gestora da qualidade do Município, a Eng.^a Sandra Coelho, pois detinha formação necessária na área que lhe permitia levar a efeito o processo de certificação. Em setembro de 2017, com a formalização da primeira auditoria (levada a efeito por uma entidade externa: CERTIF –

Associação para a Certificação) designada por “Auditoria de Concessão”, que consistiu, principalmente, na identificação dos procedimentos efetuados no âmbito do atendimento aos munícipes e na verificação de todos os serviços relacionados com o referido atendimento, obteve-se a certificação do Sistema da Qualidade de Atendimento aos Munícipes. A auditoria teve a presença, da parte do Município, da gestora da qualidade, enquanto responsável pela implementação e acompanhamento de todo o SGQ, e a chefe da DAG, como apoio relacionado com o funcionamento dos serviços (da DAG) que intervêm no processo em causa. A certificação em causa é de “renovação” anual até um máximo de três anos, sendo que a sua “renovação” está sujeita e dependente da realização de auditorias de acompanhamento (duas) que têm por objetivo decidirem sobre a manutenção ou não do certificado concedido. Na sequência da certificação inicial em 2017, e para que a mesma se mantivesse, no ano de 2018 foi agendada nova auditoria que se designou por “1ª Auditoria de Acompanhamento”. A auditoria deveria ter sido realizada no mês de setembro (mês em que completava 1 ano da obtenção da certificação). No entanto, e dado que a Eng.^a Sandra Coelho deixou de exercer funções do Município, ainda no decurso da organização de todo o processo para a auditoria, foi solicitado à CERTIF adiamento da auditoria para o mês de outubro de 2018. Na altura, foi designada para função de gestora da qualidade, a Eng.^a Luciana Dias que, apesar de não ter a formação adequada, aceitou o desafio, pois teria o apoio necessário da parte da empresa Lexus, Consultores, Lda. Esta auditoria foi realizada no dia 26 de outubro de 2018, tendo estado presentes na mesma a nova gestora da qualidade e a chefe da DAG que, em conjunto acompanharam auditoria e responderam às questões colocadas pelo auditor. Da auditoria resultou a manutenção do certificado obtido na auditoria de concessão. Perante o exposto e para que se continue a manter a certificação deste serviço, foi marcada nova auditoria designada por “2ª Auditoria de Acompanhamento”, para o dia 18 de setembro de 2019. Atendendo a todo o serviço que ao longo deste últimos meses tem sido solicitado, e ao facto de até à data não me ter sido possível frequentar qualquer tipo de formação na área da gestão da qualidade,

tema que dá para perceber, ao longo do processo que decorreu até ao momento, reveste-se de elevada complexidade, não foi possível realizar as tarefas necessárias para a organização adequada das formalidades necessárias à realização desta 2ª Auditoria. Nesta sequência, propôs-se em julho do presente ano, e à semelhança do que ocorreu nos anos anteriores, que fosse solicitado novamente o apoio da empresa Lexus, Consultores, Lda., na preparação da auditoria, situação que não foi autorizada, pelo que, neste momento, as dificuldades sentidas para o processo estar em condições de ser auditado, são muitas. Sobre esta questão da certificação de serviços/processos, referiu que as Técnicas que subscrevem a informação entendem que devem ser analisados os prós e os contras de manter a certificação detida, ou ampliar a outros serviços/processos, considerando a sua pertinência, a falta de trabalhadores habilitados para o efeito, a mais-valia que tal situação origina para os serviços e para os munícipes, tendo também em consideração o volume de trabalho que atualmente alguns serviços têm. Ou seja, considerando todas as restantes tarefas que têm que ser cumpridas em vários serviços, entendem as referidas Técnicas que devem ser definidas as prioridades do Município nas diversas áreas da sua intervenção, e se esta a gestão da qualidade direcionada para a certificação de serviços/processos é uma área prioritária.-----

-----Interveio o senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues que de acordo com a informação Técnica é visível as dificuldades, em termos de recursos, para que possa ser validada a certificação técnica nesta matéria, uma vez que o documento em apreço refere que face a essas dificuldades, devem ser definidas prioridades sobre a manutenção ou não do certificado concedido. Neste sentido e tendo em conta a informação prestada pelos Serviços, deverão estes analisar e propor se efetivamente este assunto, se é ou não prioritário, contudo, lembrou que este processo/certificação tem todo o interesse em continuar a ser acompanhado e validado dada a importância que tem para o município.-----

-----Interveio a senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz referiu que se se iniciou este processo não vê qualquer motivo para que este não seja

acabado, entendendo que a Câmara Municipal ao apresentar um serviço com certificação é sem dúvida uma mais valia, sendo sua opinião que se deve continuar a monitorizar e a revalidar esse certificado de qualidade. Referiu que a informação refere que a senhora Eng.^a Sandra Coelho tinha informação adequada nesta matéria, sendo que presentemente não existe nenhum Técnico com formação nesta área, porém entende que um trabalhador poderá efetivamente frequentar uma formação para que também possa implementar esse certificado de qualidade em outros serviços. Mais referiu que se se iniciou esse projeto o mesmo deve ser objeto de acompanhamento e se este é ou não uma prioridade cabe a quem gere a decisão, uma vez que se na altura que este se iniciou foi uma prioridade, presentemente dizer que este já não faz sentido apraz-lhe mencionar não concordar com essa posição. -----

-----Interveio o senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio referindo concordar com as palavras tecidas pela senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz, e se este processo foi iniciado é porque de facto se reconheceu a necessidade de certificar o Serviço de Atendimento ao Munícipe. Neste sentido, questionou se existe a obrigatoriedade do referido serviço ser certificado e se a manutenção do mesmo depende da certificação, sendo sua posição que se o mesmo não depender dará uma má imagem da Câmara Municipal que face há não existência de um trabalhador formado nesta área, não possa existir um outro que desempenhe essas mesmas funções. Acrescentou que a ausência da senhora Eng.^a Sandra Coelho não obstaculizou que as funções que ela desempenhava não fossem desempenhadas por outro trabalhador, pelo que se neste momento não há um trabalhador com formação adequada deverá facultar-se a possibilidade de alguém ter formação adequada para que dentro do município possa desempenhar essa função, entendendo que deve ser o procedimento a implementar e não o de deixar que este processo estagne definitivamente.-----

-----O senhor Vice-Presidente referiu que a posse de certificação da qualidade é uma vantagem neste “mundo competitivo”, fazendo todo o sentido no mundo empresarial, por estar sujeito a concorrência. Passando, contudo, a ser uma

desvantagem quando se perde essa certificação, introduzindo uma referência menos positiva no serviço prestado. Referiu que apesar de nos Municípios essa competitividade parecer mínima a Certificação da Qualidade obrigou a que os serviços abrangidos fossem reorganizados e procedeu-se a uma reengenharia de processos que conduziu a um melhor e mais eficiente Serviço de Atendimento ao Município.-----

-----Ainda nesta matéria, referiu que a senhora Chefe da DAG na informação em análise refere que deve ser tomada uma decisão sobre a prioridade do assunto em questão tendo em conta os recursos que a Câmara Municipal disponibiliza sobre esta matéria. Referiu que a certificação é uma mais valia para a Câmara Municipal que já se fez sentir, sendo que futuramente irá ser mais visível quando a web página do município tiver mais informação disponível a quem o consulta de modo a existir uma maior interação entre a Câmara Municipal e o Município. -

-----Dada a palavra o senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues referiu que quando mencionou que devem ser definidas prioridades, tal como é também mencionado no documento, não devendo ficar este processo estagnado porquanto não existe ninguém com formação na área, devendo ser dada a possibilidade de formação a um ou mais trabalhadores para que este processo tenha continuidade.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3.12 – DÍVIDAS DE TERCEIROS/PAGAMENTO A PRESTAÇÕES/PROPOSTA

– Foi presente a informação nº 6042 da DAG, datada de 19.08.2019, relativa à proposta de pagamento em prestações de dívidas de terceiros ao Município de Góis, na qual o requerente solicita autorização para proceder ao pagamento em prestações da dívida relacionada com a prestação de serviços de águas e resíduos.-----

-----Interveio a senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz questionando qual a causa do excesso de consumo, uma vez que não está explícito na informação de suporte. -----

-----O senhor Vice-Presidente informou que se tratou efetivamente de consumo de água, não tendo o Município invocado nenhuma rutura ou dado outra explicação. -----

-----A senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz referiu que não havendo justificação para este consumo, o município deverá pagar o respetivo valor, sem lugar a prestações, ainda que considere exagerado este consumo para um mês. -----

-----Interveio o senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio referindo que ao ser proposto o deferimento do pedido de pagamentos prestacionais, será porque o mesmo pedido se encontra enquadrado na legislação em vigor, independentemente de o consumo ser por iniciativa própria ou devido a rutura. Mais referiu que, existem determinados serviços em que há a possibilidade de se efetuar o pagamento em prestações, a partir de um determinado valor, sem que se apresente qualquer justificação. Referiu ainda, e após a análise da informação, que este pedido está enquadrado no regulamento e pelas razões elencadas considera não haver fundamento para contrariar o seu deferimento, pelo que irá votar favoravelmente. -----

-----O senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues referiu que embora esta solicitação se encontre salvaguardada no Regulamento Interno para o efeito, contudo, á semelhança de assuntos da mesma natureza, sempre tem vindo as razões que origina estes desvios de consumo de água, ora, tendo em conta que nada diz quanto a este enorme consumo de água num mês/verão, pensa que se tornaria mais justo e transparente por parte do consumidor dar a razão que deu origem a este facto, por forma ao executivo poder melhor decidir, com base no suporte factual que lhe deu origem.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e, deliberou por maioria, com a abstenção dos Vereadores do Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis e com os votos a favor do Vice-Presidente e do Vereador do PSD, aprovar a proposta de pagamento a prestações de dívidas de terceiros.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.13 – ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE GÓIS DO ANO 2020/LISTA DEFINITIVA DE PROJETOS

- Foi presente a informação nº 6037, datada de 16.08.2019, da Equipa Técnica do Orçamento Participativo 2020, a qual apresenta a lista definitiva das propostas apresentadas, para votação, no âmbito do orçamento participativo de 2020.-----

----O senhor Vice-Presidente congratulou-se pela adesão dos Munícipes a esta iniciativa com a apresentação de profusas propostas, mesmo tendo em conta que algumas delas não cumpriam o Regulamento aplicável, razão pela qual o júri não propôs a aceitação de todas.-----

-----Interveio o senhor Vereador António Rui Godinho Sampaio, informando que apesar da dificuldade vai fazer uma análise como se não houvesse qualquer tipo de relação familiar em relação a um dos reclamantes, porquanto o conteúdo da informação técnica causa-lhe alguma perplexidade. Relativamente à proposta apresentada pelo Nuno Alves e com base na informação técnica, o valor de estimativa orçamental apresentado inicialmente era superior à dotação e em fase de audiência prévia apresentou nova estimativa orçamental, respeitando a dotação vigente, parecendo-lhe, na sua perspetiva que a primeira já cumpria os requisitos de admissão, porque acha que ninguém ia apresentar uma proposta com valor de orçamento superior. Continuou referindo que o valor de manutenção não foi calculado, o que pode inflacionar o valor de dotação orçamental desta proposta. -----

-----Relativamente à outra proposta excluída, mencionada na informação, questiona qual a base do júri para os valores apresentados, no que diz respeito, à estimativa orçamental para um cenário de um abrigo para quinze gatos e sua manutenção. Mais referiu, que utilizou a internet para efetuar uma pesquisa idêntica, considerando que os valores apresentados são manifestamente exagerados, referindo o necessário rigor na análise efetuada. Relativamente às restantes propostas, os proponentes responderam ao que foi solicitado, salientando a participação e as boas propostas apresentadas, sendo que aquelas que foram excluídas terão outras oportunidades para se apresentarem novamente.-----

-----Interveio o senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues que face às justificações do júri, confia plenamente na sua análise, e nessa base nada mais tem acrescentar.-----

-----Interveio a senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz referindo com frontalidade que quem ocupa estes lugares, tem de defender os interesses gerais e não particulares, considerando que o senhor Vereador António Rui Godinho Sampaio fez uma análise exaustiva a uma proposta e não às outras. Mais referiu que, o senhor Vereador António Rui Godinho Sampaio teria acesso a informação que os restantes vereadores não tiveram, porquanto afirmou que lhe parecia que nem sequer tinha sido apresentado estimativa orçamental, e o que o júri informa é que foi apresentada uma estimativa orçamental, mas superior à dotação imposta. Mais afirmou que o senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio está impedido de se referir a este caso por nele estar envolvido um familiar direto. Assim, a senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz referiu que não conhecendo os projetos apresentados, para tomar uma decisão, ou lhes dão acesso aos processos e faz a sua análise ou tem de confiar e cingir-se à informação apresentada pela equipa técnica. -----

-----Interveio o senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio, referindo que esta proposta está refletida na informação e as outras não, porque se trata da análise às reclamações efetuadas. Referiu ainda que previa que a sua intervenção iria dar origem a esta reação, tendo em conta as relações familiares que tem com uma das proponentes, no entanto considera que a estimativa orçamental apresentada pela equipa técnica é exagerada e escandalosa, tendo por base uma pesquisa pessoal que efetuou permitindo chegar a essa conclusão. Mais referiu que, não menosprezando o trabalho feito pelo júri, que louva, de facto deverá haver algum cuidado, e nesse sentido fez essa observação na sua intervenção, não estando a defender ninguém em particular, ao contrário do que possa parecer. Continuou realçando à senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz que a proposta não é excluída só com base nesse item, havendo outros critérios, nomeadamente por não ter

sido apresentado estimativa orçamental detalhada e não ter sido sugerido nenhum local em concreto para a sua implantação. -----

-----O senhor Vice-Presidente informou que nos termos do disposto no nº 4, do artigo 11º do Regulamento do Orçamento Participativo de Góis, e concluída a fase de análise técnica e discussão pública/audiência prévia, a Equipa Técnica, propôs ao Executivo a seguinte lista final dos projetos a passar à fase de votação:-----

----Orçamento Participativo Geral 2020:-----

-----1.“Dispensador de sacos de dejectos caninos mas freguesias do concelho.-

-----2.“Piscina para crianças (Canaveias)”-----

-----3.“Acesso à cultura”.-----

----Orçamento Participativo Jovem2020:-----

-----1.“Aplicação Móvel GóisNumClique”.-----

-----2.“Melhoramento da churrasqueira do Cerejal”.-----

-----3.“Promover Góis e as suas freguesias com a marca “Estou em Góis”.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, que sejam admitidas a votações as três (três) propostas do Orçamento Participativo Geral 2020 e as três (três) propostas do Orçamento Participativo Jovem 2020.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.14 – 13ª ALTERAÇÃO ÀS GOP/ANO 2019 - Em conformidade com o disposto na alínea d), do n.º 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alterada pelas Leis nºs. 25/2015, de 30 de março, e 69/2015, de 16 julho, e 7-A/2016, de 30 de março e 42/2016, de 28 de dezembro e 50/2018, de 16 de agosto, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a 13ª alteração às Grandes Opções do Plano para o Ano de 2019, que importa em 9.200,00€ (nove mil e duzentos euros), nos reforços e nas anulações, cuja cópia constitui o Anexo I da presente Ata.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

3.22 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA – A Câmara tomou conhecimento do total de movimentos da tesouraria do dia vinte e seis de agosto do ano em

curso, no montante um milhão e noventa e dois mil e quatrocentos e setenta e sete euros e sessenta e sete cêntimos.-----

4 – APROVAÇÕES EM MINUTA: OBRAS PARTICULARES/AURÍLIA CLARA E SOUSA JOSÉ/OBRAS PARTICULARES/ANTÓNIO NUNES DOS SANTOS/OBRAS PARTICULARES/ADELINO MATIAS DA FONSECA/OBRAS PARTICULARES/PALMIRA DE MATOS MOURÃO DE CARVALHO/OBRAS PARTICULARES/ HUGO MIGUEL GUIA DOS SANTOS/CONSTRUÇÃO DE BAR/RESTAURANTE, ARRANJOS EXTERIORES, PONTE PEDONAL E APOIO DA PRAIA FLUVIAL DE ALVARES/MINUTA DE CONTRATO/DÍVIDAS DE TERCEIROS/PAGAMENTO A PRESTAÇÕES/PROPOSTA/ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE GÓIS DO ANO 2020/ LISTA DEFINITIVA DE PROJETOS; 13ª ALTERAÇÃO ÀS GOP/ANO 2019.-----

-----E, não havendo outros assuntos a tratar, o senhor Vice-Presidente declarou encerrada a reunião, pelas dezassete horas e cinquenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, sob a responsabilidade da Secretária.-----

O Vice-Presidente da Câmara Municipal,

A Secretária,

